



## Os animais na cidade de São Paulo: conflitos e desafios (1930-1940)

NATASCHA STEFANIA CARVALHO DE OSTOS\*

Os movimentos em defesa dos animais tiveram atuação importante no Brasil das primeiras décadas do século XX, principalmente no estado de São Paulo. Entidades como a *Sociedade União Infantil Protetora dos Animais* (SUIPA) e a *União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo* (UIPA) criaram impressos especializados na divulgação dos seus princípios – respectivamente o *Amigo dos Animais* e o *Zoophilo Paulista*. Esta pesquisa investiga o conteúdo desses periódicos, com especial interesse na correlação feita pelas revistas entre a proteção dos animais e a discussão mais ampla a respeito da reorganização do espaço urbano. Questões relativas aos cães abandonados, aos animais de carga e transporte, ao comércio de bichos e as suas formas de aprisionamento e abate, provocavam reflexões sobre a cidade. Nesse sentido, a presença dos animais ajudou a moldar novas sensibilidades para os cidadãos, bem como obrigou o poder público a delinear programas de higiene e saúde, estabelecendo regras para os donos dos bichos.

No decorrer das primeiras décadas do século XX as principais cidades do país passaram por profundas mudanças urbanísticas, de uso e ocupação do espaço. No caso de São Paulo foi no decorrer da década de 1920 que a urbe cresceu de forma acelerada, tanto em número de habitantes, muitos deles imigrantes, como em atividade industrial. Entre 1872 e 1920 a capital paulista saltou de 31 mil moradores para 580 mil (NETO, 2006: 216), expandindo serviços tais como iluminação pública, bondes elétricos, abertura de vias e número crescente de automóveis. Nessa transição de um ambiente pacato, para uma experiência físico-temporal mais acelerada, ocorreram descompassos. O crescimento e a transformação da cidade também colocavam desafios para a convivência entre humanos e animais, já que na transição entre o trabalho animal e o uso generalizado das máquinas, os

---

\* Professora substituta do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutoranda do programa de Pós-graduação em História da UFMG. Belo Horizonte, MG, Brasil. [nataschaostos@hotmail.com](mailto:nataschaostos@hotmail.com). Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (processo: 165936/2015-0). Pesquisa sob a supervisão da Dr.<sup>a</sup> Regina Horta Duarte, do Departamento de História da UFMG, a quem agradecemos pelo generoso empréstimo de exemplares do seu acervo particular de *Zoophilo Paulista* e *Amigo dos Animais*.

problemas de convívio se multiplicaram, tornando-se, assim, mais evidentes. As associações protetoras dos animais buscaram constantemente dialogar com o poder público em todas as esferas governamentais, instando as autoridades a criar leis e regulamentos a favor dos animais, denunciando casos de crueldade, pedindo ação policial e aplicação das normas existentes, de modo a tornar a cidade um espaço propício para existência dos bichos.

A revista *Zoophilo Paulista* (1919-1932?) foi criada pela UIPA, associação fundada em 1895 por membros proeminentes da elite paulista, responsável por divulgar as atividades do grupo e a causa animal. Já a publicação *Amigo dos Animais* foi editado pela SUIPA entre 1931 e 1937, então renomeada de *Amigo das Crianças*, perdurando até 1939, com foco no público infantil, visando sensibilizar crianças, pais e educadores para a importância de proteger os animais. As duas revistas, editadas na cidade de São Paulo e circulando principalmente no estado, tinham grande preocupação com o lugar que os animais ocupavam no espaço urbano, e como na interação próxima entre humanos e não humanos emergiam problemas relacionados não apenas à crueldade, como também relativos a doenças, super população de bichos, atropelamentos, ataques de cães, insalubridade, etc.. O caso é que se exista naquele momento uma grande preocupação com o controle dos corpos humanos, em confinar os doentes, os moralmente “fracos” e aqueles tidos como loucos, em evitar a transmissão de doenças, dispersar aglomerados de pessoas, em correlação com esse olhar vigilante sobre o humano (FOUCAULT, 2002: 106), também havia o desejo de monitorar e conter os corpos dos animais.

A concentração de animais e pessoas no espaço urbano apresenta uma dinâmica diferente da que opera no campo, marcada, normalmente, pela amplitude dos locais, maior distância entre as construções, facilidade na circulação do ar, quase ausência de veículos motorizados (naquele momento), solo permeável à absorção de dejetos biológicos, etc.. Tais fatores permitem que os bichos se dispersem, sejam soltos em pastagens, circulem de modo livre, e quando confinados tenham locais relativamente distantes das casas, diluindo assim questões como odores desagradáveis, ruídos, fluídos e excrementos, concentração de moscas e outros parasitas. O problema do descontrole dos animais nos espaços urbanos, cada vez maiores e ainda dependentes do trabalho dos bichos, colocava desafios para as associações protetoras, comprometidas em proteger os animais, mas também a saúde da população.

Novos hábitos colocavam em interação mais próxima humanos e animais, e problemas antes desconhecidos, ou pontuais, emergiram para os administradores da cidade e os responsáveis pela saúde pública. Como no caso da moda de banho de mar que se expandiu nas primeiras décadas do século XX, levando médicos e cientistas a constatar, em 1938, que “De certo tempo a esta parte, vinham os banhistas contraindo em nossas praias uma dermatite linear serpiginosa, incômoda pelo intenso prurido que ocasionava”. O governo do estado de São Paulo contratou especialista no assunto que “chegou a conclusões definitivas, estabelecendo experimentalmente tratar-se de infestação larvar [...] de um verme intestinal do cão, o “ancilóstomo caninum”, acidentalmente posto em contato com a pele humana”. A partir do resultado da investigação, solicitou-se que “fossem proibidos cães nas praias, como também se deu larga publicidade ao assunto, afim de que chegasse ao conhecimento dos frequentadores dos banhos de mar”.<sup>1</sup> O caso evidencia como novas práticas de lazer, trabalho, alimentação, em larga escala, podem desencadear consequências até então desconhecidas para a organização urbana e para a saúde pública, demandando o reordenamento das formas de convívio com os bichos, e criando interditos para sua presença em certos locais. A preocupação das organizações protetoras era que tais casos não colocassem os habitantes contra os bichos, provocando, por ignorância, ataques e perseguição aos animais. Pelo contrário, o que tais casos demonstravam, seria a necessidade de que os animais fossem cuidados, sua reprodução controlada, o abandono punido, de forma que não vagassem pela cidade colocando a si mesmos e aos cidadãos em risco.

Por essa razão as revistas *Amigo dos Animais* e *Zoophilo Paulista* insistiam na concessão de verbas públicas para a manutenção e expansão de abrigos para cães, melhoria nas condições de confinamento de bois, mulas e cavalos, fiscalização rigorosa de abatedouros, verificação das condições de transporte, como no caso das galinhas, muitas vezes trazidas para a cidade em gaiolas pequenas, aglomeradas, de modo que não raro chegavam mortas, sendo vendidas mesmo assim, colocando em perigo quem consumisse esse tipo de carne. Aliás, o argumento da ameaça à saúde da população era onipresente no discurso das associações, estratégia de convencimento, já que poderia sensibilizar autoridades e cidadãos mais do que o apelo à compaixão pelos bichos. “Aves destinadas à alimentação sofrem horrores dantescos, que hão de, afinal, redundar em detrimento da saúde pública, porquanto a

---

<sup>1</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Getúlio Vargas – Presidente da República, pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros – Interventor Federal em São Paulo 1938-1939. São Paulo, ano 1938, edição 1, p. 122.

carne ingerida é indescritivelmente doentia, graças à atmosfera viciada dos acanhadíssimos pontos de comércio”.<sup>2</sup>

Outro ponto constantemente debatido era sobre as condições de abate de animais para consumo humano. Com o crescimento das cidades, a grande densidade populacional, e a capacidade ainda precária de conservação da carne, tornava-se cada vez mais difícil trazer os animais já mortos das áreas rurais. Para manter o frescor da carcaça era preciso abater os bichos perto do local de consumo, facilitando a rápida distribuição. Os matadouros surgem como opções para o abate no meio urbano. Além de resolver o problema acima descrito, também afastava das vistas dos cidadãos cenas de sacrifício em locais abertos, como ruas e praças, protegendo a sensibilidade de um público urbano cada vez mais afastado da realidade da vida no campo e dos processos implicados na produção de alimentos que, no caso da morte de animais, compunha um painel desagradável de agonia, sangue, vísceras e dejetos (FITZGERALD, 2010: 60). As publicações estudadas não problematizavam a prática da ingestão de carne, limitando-se a clamar por uma fiscalização rígida dos matadouros, de modo a proteger os animais de maus-tratos antes da morte ou de métodos cruéis de abate. Novamente emerge, nas falas das associações, o entrelaçamento entre a proteção aos bichos e a saúde pública, já que o confinamento em locais insalubres, sem circulação de ar e com grande número de indivíduos, o sacrifício em condições precárias de higiene, levavam à proliferação de doenças e à deterioração da carne, tornando-a imprópria para consumo.

A atividade de abater animais ganha cada vez mais uma conotação negativa, apesar da falta de disposição da grande maioria das pessoas em abrir mão do consumo de carne. Os profissionais atuantes no ramo podiam ser estigmatizados como cruéis e a área em torno dos matadouros tendia a ser mal vista em termos de segurança e moralidade, com propensão ao crime, à prostituição e à disseminação do alcoolismo. Assim é que a revista *Zoophilo Paulista* noticia a prisão do mafioso Al Capone, nos EUA, com a seguinte manchete “Matadouro de Gado e de Gente – Uma visão tétrica de Chicago, a terra onde mais gado se abate no mundo”, fazendo clara relação entre a matança de bovinos e a proliferação de organizações criminosas atuando no ramo das bebidas alcoólicas, das “casas de jogos”, prontos a utilizar da violência, como “tiroteios de metralhadoras”, para atingir os seus fins.<sup>3</sup> A ideia era a de que matar

<sup>2</sup> O comércio de frangos. *Zoophilo Paulista*. São Paulo, ano XII, n. 120, maio de 1930, s./p..

<sup>3</sup> *Zoophilo Paulista*. São Paulo, ano XII, n. 126, dezembro de 1930, s./p.. Estudos evidenciam que “modernos matadouros, alocados em pequenas comunidades, elevam as taxas de crimes violentos em comparação com

animais elevaria o grau de agressividade do ser humano, tornando-o propenso à prática de delitos contra pessoas, em razão do trabalho atrair, supostamente, pessoas frias e impiedosas.

Ainda dentro do debate sobre o cuidado com os animais e o planejamento urbano, a questão do uso de cavalos e mulas no transporte público, e sua circulação nas vias, era motivo de grande desassossego para a UIPA e a SUIPA. Os bichos, usados para transportar pessoas e cargas e como força motriz, também eram atrelados às carroças da limpeza pública. Com a disseminação dos bondes elétricos e o aumento progressivo dos carros, os atropelamentos eram constantes, causando episódios horrendos nas ruas da cidade, já que muitos animais agonizavam por horas antes de falecer. O descuido dos motoristas e a indiferença com a qual largavam os bichos feridos era assunto dos mais comentados, e a todo o momento as autoridades eram chamadas a regular assuntos relativos à circulação veicular, limites de velocidade, aplicação de multas, etc.. O resgate ou sacrifício dos cavalos e mulas atingidos eram levados a cabo pelas entidades, que, quando acionadas, enviavam equipe ao local para avaliar a situação que, no mais das vezes, dada a gravidade dos machucados e o grande porte dos bichos, resultava em sacrifício.

As organizações protetoras também reclamavam da falta de fiscalização no que concerne ao tratamento dado pelos donos aos animais, muitas vezes doentes, mal alimentados, usando equipamentos inadequados, sobrecarregados, espancados e, quando imprestáveis para o trabalho, abandonados para morrer na rua. O descuido se tornava ainda mais absurdo no caso dos animais sob a responsabilidade do estado, operando na abertura de vias, na construção e na limpeza urbana.

*Do governo deve vir a lição e o exemplo. [...] Quem já assistiu à saída dos caminhões da Limpeza Pública [...] fica profundamente revoltado com a barbaridade com que são tratados os muars que arrastam os pesados veículos. A viagem para a cidade é transformada em corridas vertiginosas, como que disputando prêmios, e os pobres animais sofrem um castigo dos mais desumanos, malhados incessantemente por pesados chicotes que estalam de minuto a minuto. Porque se permite isso? Por acaso não tem os guardas civis instruções para evitar que tal selvageria se repita indefinidamente?<sup>4</sup>*

---

outras comunidades”. Tal dado estaria relacionado às condições de produção e trabalho dos abatedouros modernos, com alta velocidade na cadeia de produção, causando doenças e elevado número de acidentes entre os trabalhadores. A concentração de matadouros em pequenas localidades agravaria a disputa pelos poucos empregos existentes, atraindo massa de desempregados e imigrantes, estatisticamente composta por homens jovens, pressionando a estrutura urbana, a capacidade de assistência social, provocando disputas e embates culturais. Essas informações são relativas aos EUA. (FITZGERALD, 2010: 64-66).

<sup>4</sup> Proteção aos Animais. *Correio Paulistano*. São Paulo, ano LXXXIV, n. 25.204, 11 maio 1938, p. 05.

Portanto, animais compuseram (e ainda compõe) o “patrimônio” público em diversos setores, constituindo força de trabalho primordial para a execução de obras e de serviços públicos e, ao mesmo tempo, demandando a existência de uma estrutura estatal de abrigo, alimentação e cuidado. A forma como eram tratados poderia oscilar conforme as prioridades e as crises orçamentárias dos diversos governos, sujeitando-os, inclusive à diminuição da ração diária em razão de uma política de cortes de gastos. “Como medida de economia, a Prefeitura reduziu a menos da metade a ração de milho e de farelo dos pobres animais, cujas costelas, por isso, já quase lhes furam a pele”.<sup>5</sup> Assim, a exploração dos animais esteve diretamente ligada, em diversos setores, à capacidade do estado de expandir e operar seus campos de ação, ao mesmo tempo em que, em situações de contenção econômica, era mais fácil cortar verbas que atingissem os bichos, e não diretamente as pessoas. O bem-estar animal ficava na dependência da instável sensibilidade de cada gestão sobre o assunto, carecendo de salvaguardas legais robustas capazes de assegurar uma sobrevivência digna.<sup>6</sup>

Os centros urbanos também concentravam um grande número de cães abandonados ou soltos pelas ruas da cidade, existindo o temor pela transmissão, através da mordida, da raiva. Segundo relatório do Instituto Pasteur de São Paulo, no ano de 1943 “A capital do Estado continua a ser o maior foco de raiva no Estado. Foram tratadas [...] 1.284 pessoas”, sendo que em todo o estado 3.405 pessoas foram atendidas por mordidas por animais, sendo que “3.025 foram atacados por cães [...]. Vê-se que o cão é o maior propagador da raiva e que a ele devem ser dirigidas as providências profiláticas na defesa do homem e dos outros animais doméstico”.<sup>7</sup> O medo real de contaminação de doença gravíssima e praticamente incurável tornava as pessoas desconfiadas com os cães de rua, frequentemente envenenados e enxotados a pedradas. Os grupos protetores buscavam esclarecer o público de que a melhor forma de ajudar na campanha de erradicação da doença era o que hoje denominamos de posse responsável, isto é, não deixar os seus cães soltos nas vias públicas, levá-los para passear portando guias e coleiras, identificá-los por meio de plaquinhas, combater a reprodução desenfreada, etc.

<sup>5</sup> Depois dos pombos do Trianon, os burros da limpeza pública. *Zoophilo Paulista*. São Paulo, ano XIII, n. 128, março de 1931, s./p..

<sup>6</sup> Somente em 1934 foi criada legislação nacional estabelecendo “medidas de proteção aos animais”. Decreto n. 24.645, de 10/07/1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D24645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm)>. Acesso em: 13 maio 2015.

<sup>7</sup> Instituto Pasteur. A vida Administrativa de São Paulo. *Relatório apresentado a Getúlio Vargas pelo interventor federal Fernando Costa em 1943*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1943, edição 1, p. 127.

Em nenhuma hipótese um cão poderia ser maltratado, e até as crianças eram incentivadas pelas entidades de defesa dos animais a intervirem no caso de presenciarem alguma violência. “Quando presenciarem um desses atos, nunca digas que não tender nada a ver com o caso [...]. É um dever de todos nós impedir a prática do mal”.<sup>8</sup> Naquele momento o recolhimento dos animais de rua e o seu posterior sacrifício (mesmo sem apresentar sintomas), ainda era comum como forma de combater a disseminação da raiva e controlar a população canina. Mas os abrigos públicos, geridos em parceria com as sociedades protetoras (APROBATO, 2007), não comportavam a quantidade de animais existentes e muitos vagavam pela cidade, alimentando-se de lixo, carcaças, desenvolvendo doenças, sofrendo ataques de outros animais e de pessoas. Os cães, associados à ideia de um ambiente urbano desordenado e confuso, ao perigo de doenças, à pobreza, eram encarados com um misto de repulsa e compaixão pela sociedade, que resistia em se responsabilizar coletivamente pelo destino dos animais, mas que, ao mesmo tempo, frequentemente denunciava casos individuais de brutalidade sem, contudo, correlacioná-los com a vasta situação de abandono da população canina da cidade.

O tema da presença dos animais no espaço urbano, correlacionado com a ação e os discursos de entidades protetoras, ainda é pouco explorado no Brasil, comportando estudos comparativos com situações semelhantes ocorridas em outros países no mesmo período (WANG, 2012). Esta pesquisa evidencia que “Os animais são bons reveladores para se estudar o espaço urbano, a divisão do trabalho e práticas cidadinas” (HODAK, 1999: 163). O campo da chamada história dos animais emerge como dos mais interessantes e promissores no âmbito da historiografia que, em diálogo com disciplinas cujos estudos sobre o assunto estão mais consolidados, como a antropologia, abre perspectivas inovadoras no que concerne às balizas do próprio saber histórico. Pensar os animais implica em repensar o estatuto humano, suas parâmetros de constituição, as diferenças e semelhanças entre humanos e não humanos construídas ao longo do tempo em diversas culturas.

## Fontes

*Amigos dos Animais* – São Paulo, 1930-1937

---

<sup>8</sup> O que nenhum leitor desta revista deve esquecer. *Amigo dos Animais*. São Paulo, ano IV, n. 43, novembro de 1934, p. 09.

*Correio Paulistano* – São Paulo, 1930-1940

*Zoophilo Paulista* – São Paulo, 1930-1931

### Referências Bibliográficas

AGULHON, Maurice. Le sang des bêtes. Le problème de la protection des animaux en France au XIXème siècle. *Romantisme*, n. 31, p. 81-110, 1981.

AMARO, Alexandra; FELGUEIRAS, Margarida Louro; LENCASTRE, Marina Prieto. A educação e o movimento de defesa dos animais não humanos em Portugal na transição do século XIX para o Século XX. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, vol. 6, n. 10, jan./jun de 2013, p. 9-25.

APROBATO, Nelson Filho. *O couro e o aço: sob a mira do moderno: a "aventura" dos animais pelos "jardins" da Paulicéia, final do século XIX / início do XX*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.

ARAÚJO, Paula; SILVA, Tatiana; PIASSI, Luis Paulo. A ambivalência bestial nos livros infantis: a educação em ciências a partir da representação dos animais. *XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Foz do Iguaçu, 2014, p. 1-12.

COLIN, Armand. Pitié pour les animaux: une leçon de morale laïque et ses antécédents philosophiques. *Romantisme*, n. 142, p. 25-40, 2008.

FITZGERALD, Amy J.. A social history of the slaughterhouse: from inception to contemporary implications. *Human Ecology Review*, vol. 17, n. 1, p. 58-69, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

FUDGE, Erica. *Pets*. Stocksfield: Acumen, 2008.

GALVÃO, Pedro (org). *Os animais têm direitos? Perspectivas e argumentos*. Lisboa: Dinalivro, 2010.

GARCÍA, Arturo Morgado. Visiones del Mundo Animal en la España Moderna. *Revista de Historia Moderna*, n. 29, p. 121-137, 2011.

HODAK, Caroline. Les animaux dans la cité: pour un histoire urbaine de la nature. *Genèses*, n. 37, p. 156-169, 1999.

KOBAYASHI, Megumi Andrade. Representaciones e imaginarios perrunos: desde Grecia hasta la Conquista de América. *UNIVERSUM*, vol. 2, n. 26, p. 11-48, 2011.

MÓL, Samylla; VENANCIO, Renato. *A proteção jurídica aos animais no Brasil: uma breve história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. V (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 191-229.

OSÓRIO, Andréa. A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. *Teoria & Sociedade*, n. 21, p. 143-176, jan./jun. 2013.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; SANDOVAL, Maria Regina Cardoso; TAKAOKA, Neide Yumie. Instituto Pasteur de São Paulo: cem anos de combate à raiva. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2004, vol.11, n.3. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702004000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000300011)

WANG, Jessica. Dogs and the Making of the American State: Voluntary Association, State Power, and the Politics of Animal Control in New York City, 1850-1920. *The Journal of American History*, p. 998-1024, march 2012.